

Interesses eleitorais atrasam ajuste fiscal

BRASÍLIA — O jogo de interesses de governadores e parlamentares de estados endividados e de aspirantes à Presidência da República, travado nos bastidores das últimas votações do Congresso, rachou as principais bancadas (PMDB, PFL e PDT), desgastou o PMDB na pessoa de seu presidente Orestes Quércia e arranhou o Governo.

A ação de Paulo Maluf (PDS), de Antônio Carlos Magalhães (PFL), do PSDB de Tasso Jereissati e do PT de Luiz Inácio Lula da Silva, colocou em perigo a aprovação do projeto da rolagem das dívidas estaduais — negociado por Orestes Quércia com o Executivo. Atingido, o presidente do PMDB acabou arrastando o Governo para o buraco. Ficou claro, pela primeira vez, que o “rolo compressor” PMDB-Governo não é tão poderoso.

— Somos meros figurantes de uma briga de candidatos à Presidência — dizia o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Um dos principais nós do impasse foi a situação paulista. Enquanto Quércia defendia a rolagem da dívida, que beneficiará seu aliado Luiz Antônio Fleury Filho, o PSDB paulista, liderado pelo deputado José Serra, além do ex-governador Paulo Maluf, hoje presidente do PDS, faziam acirrada oposição.

— Eles estão com medo de fortalecer o Fleury — dizia o líder do Governo na Câmara, Humberto Souto (MG).

As duas primeiras tentativas frustradas de aprovar o projeto de rolagem na Câmara e um fim de semana inteiro de impasse foram suficientes para desgastar Quércia e dar um gosto de vitória aos adversários.

— O Quércia pode até aprovar o projeto, mas fizemos um estrago. Ele ganha a guerra, mas fica sem braço e sem perna — dizia o deputado Benito Gama (PFL-BA), ligado ao governador Antônio Carlos Magalhães.

A ação de Quércia causou dissidências no próprio PMDB, provocadas por parlamentares de estados que estão com suas contas em dia. A deputada Rita Camata (ES), por exemplo, subiu à tribuna e, em protesto, renunciou a seu cargo de vice-líder.

O PFL governista também sofreu um racha. Os parlamentares mais ligados ao Palácio do Planalto defendem o projeto porque querem aprovar o ajuste fiscal, mas fingiam não perceber a ação do governador Antônio Carlos Magalhães, de bombardeio à rolagem. Apenas ontem o grupo ligado a Antônio Carlos aceitou aprovar o projeto.

A confusão respingou também no PDT, que teve sua bancada dividida em torno de um dos itens do ajuste fiscal — a adoção da alíquota de 35% de Imposto de Renda. O líder da bancada, Vivaldo Barbosa, que defende a medida, ameaça renunciar à liderança se os demais parlamentares não acompanharem seu voto.

● **ACÚCAR** — A Câmara aprovou ontem projeto do Governo que cria a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre o açúcar, mas dá isenção total do tributo para os produtores da Sudene (Nordeste) e Sudam (Amazônia). Os produtores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo terão isenção de 50% da alíquota, que poderá ser fixada em no máximo 18%.